CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais: POs	Documentos operacionais: ITRs / Manuais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)	Auxílio a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO	Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç.e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Alego	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Alego	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.
	Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Atendimento a Solicitações	Ouvidoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade		Ouvidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.
							PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvidoria			
			Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso
			Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.
							PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.
						Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 22/2008	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do at. 30 CE/89.
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento						(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.
	Controle Direto	Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formatação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.
			Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno -TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 001/2014); ● Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa n.º 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão da ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade. NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional. Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Operacional		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 NBASP 10 NBASP 140	PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades intersetoriais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.
							PO Instruir Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo								
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Lei nº. 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.
				Secretaria-Geral			PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações			
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo								
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo								
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo						(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consulentes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.
			Avaliação da Estrutura de Governança, Planejamento e Gestão	Secretaria de Controle Externo		COSO I COSO II NBR ISO 31000:2018 Resolução Atricon nº 05/2014 Resolução Normativa TCE-GO nº 6/2019		Manual de Avaliação dos Controles Internos dos Poderes, Órgãos e Entidades do Estado de Goiás	Secretaria de Controle Externo	(i) Avaliação da estrutura de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados, incluindo o Controle Interno, Ouvidoria, Corregedoria, Planejamento Estratégico, entre outros. (ii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de Governança, Planejamento e Gestão.	Administração Pública	(i) Contribuir para o bom funcionamento e melhoria contínua da estrutura interna de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados do TCE-GO, promovendo o fortalecimento da cultura de controle integrado e contínuo, transparência e efetividade da gestão pública. (ii) Orientar quanto a procedimentos adequados e boas práticas de governança, planejamento estratégico e gestão.
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo						(i) Avaliações de programas de governo. (ii) Avaliações de funções de governo. (iii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública	(i) Contribuir para a melhoria da formatação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
	Controle com interveniência a Terceiros	Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo						(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE; Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.
			Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral						(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.
			Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo		Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.
	Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida	Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)	PO Gerir Política de Gestão de Pessoas	Manual do Portal de Gestão de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Competências	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores	Manual de Funções de Terceirizados	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.
							PO Gerir Concurso Público		Diretoria de Gestão de Pessoas			
							PO Gerir Contratação de Estagiário e Menor Aprendiz		Diretoria de Gestão de Pessoas			
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escoex)	PO Gerir Ação Formativa		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	(i) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas.	Membros, Servidores, Terceirizados Estagiários, Jurisdicionados, Controladores Sociais, Academia	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais. (ii) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO. (iii) Prover instrumentos de avaliação da efetividade dos cursos ministrados pela Escola, e do impacto gerado pelo desenvolvimento de competências dos discentes.
							PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento			
							PO Gerir Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento			
							PO Gerir Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC)		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento			
							PO Gerir Pós-Graduação		Coordenação Acadêmico-Pedagógica			
							PO Gerir Revista Controle Externo		Coordenação Acadêmico-Pedagógica			
							PO Gerir Educação a Distância (EAD)		Coordenação Acadêmico-Pedagógica			
							PO Gerir Instrumentos de Avaliação		Coordenação Acadêmico-Pedagógica	(i) Instrumentos de avaliação de reação, de avaliação de impacto, e de avaliação de aprendizagem dos discentes.	TCE-GO; Instrutor da Escola.	
							PO Gerir Banco de Instrutores e Corpo Docente		Coordenação Acadêmico-Pedagógica	(i) Banco de Instrutores e corpo docente formado; (ii) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE- GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Atingir níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (ii) Desenvolver competências gerenciais e profissionais.
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa		Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022; Portaria nº 990/2023; PPA – Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA – Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.168/2007 Constituição do Estado de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 LEI 4.320/1964 Constituição Federal Emenda Constitucional nº 103/2019 Lei Complementar Estadual nº 161/2020 Lei Estadual nº 15.122/2005 Resolução Normativa nº 007/2009 Portaria nº 864/2018-GPRES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento		Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal	(i) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (ii) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.
							PO Gerir Atos de Pessoal		Diretoria de Gestão de Pessoas			
						PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	PO Realizar Atendimento Clínico - Psicoterapia ou Ginástica Laboral		Serviço de Bem-Estar	(i) Ambiente de trabalho seguro e saudável. (ii) Práticas relativas à qualidade de vida das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional. (ii) Promover o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional
						Política de Gestão de Pessoas	PO Realizar Atendimento Clínico – Médico e Odontológico		Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho			
						PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	PO Gerir Ocorrências de Segurança do Trabalho	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO	Diretoria de Gestão de Pessoas			
								Manual da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	Diretoria de Gestão de Pessoas			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
PROCESSOS DE SUPORTE (NPS)			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa			PO Responder Situações de Emergência	Manual de Abandono de Área do TCE-GO	Diretoria de Administração			Melhoria da qualidade de vida dos pessoas nos ambiente organizacional.
						Lei nº 6.514/1977 Portaria nº 3.214/1978 – Normas Regulamentadoras (NRs): NR-1, NR-4, NR-5, NR-6, NR-9, NR-10, NR-12, NR-17, NR-18, NR-20, NR-23, NR-26, NR-33, NR-35 Lei nº 12.305/2010		Manual de Supervisão das Rotinas de Segurança do Trabalho	Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho			
						CLT – Art. 168 Portaria nº 3.214/78 Ministério do Trabalho NR-1 – Gerenciamento de Riscos; Ocupacionais; NR-7 – PCMSO; NR-15/ NR-16 Lei nº 15.122/05 Lei nº 19.573/2016 Resolução Administrativa nº 14/2025 Normas internas do TCE-GO	PO Gerir Saúde Ocupacional		Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Conformidade Legal em Saúde e Segurança do Trabalho, no âmbito do TCE-GO	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estabelecer e padronizar as atividades que envolvem o gerenciamento da saúde e segurança do trabalhador no âmbito do TCE-GO; (ii) Assegurar a identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais; (iii) Garantir o acompanhamento da saúde dos servidores por meio de exames médicos; (iv) Assegurar a conformidade com a legislação vigente e normas internas.
			Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)				PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional		Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Pesquisa de Clima Organizacional realizada (ii) Plano de Ação Monitorado	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Diagnosticar e monitorar a percepção global dos servidores no tocante ao ambiente de trabalho, influenciando o comportamento profissional e, consequentemente, o desempenho da instituição.
	Logística e Sustentabilidade	Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-GO.	Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa		Lei Estadual n.º 17.928/12; Lei Nacional n.º 14.133/21; Lei Complementar n.º 123/06; Decreto Estadual n.º 9.900/21; Portaria n.º 229/2023 – GPRES; Portaria n.º 315/2024 - GPRES; Lei n. 16.044/07; Instrução Normativa n.º 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 73/2023 Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.211/23; Decreto Estadual nº 10.139/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NBR ISO 37001:2017	PO Gerir Aquisições	Manual para Entrega de Materiais	Diretoria de Administração	(i) Padrões procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins). (ii) Aquisição de bens e produtos necessários para a realização das atividades do Tribunal.	Tribunal	(i) Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficazmente. (ii) Controles e registros necessários para a execução de despesas de pequena monta e de pronto pagamento, assegurando celeridade, legalidade, economicidade, rastreabilidade e controle dos atos administrativos, em conformidade com a legislação aplicável e as normas institucionais vigentes
								Manual para Emissão de Notas Fiscais				
							PO Solicitar Aquisição		Diretoria de Administração			
							PO Executar Compras pelo Fundo Rotativo		Diretoria de Administração			
							PO Gerir Contratos Ativos		Diretoria de Administração			
							PO Processar Registros e Alterações Contratuais		Diretoria de Administração			
							PO Gerir Processos de Pagamentos		Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal			
								Manual de Aplicação de Sanções em Licitações e Contratos	Serviço de Licitações			
			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa		Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022)	PO Gerir Manutenção Predial		Serviço de Infraestrutura Predial	(i) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(i) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.
						Resolução Administrativa nº 02/2014	PO Gerir Patrimônio		Serviço de Material e Patrimônio			
			Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa		Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 19/2022 Instrução Normativa Intersecretarial nº 01/2023 – Economia/SEAD; Instrução Normativa nº 02/2020; Instrução Normativa Contábil nº 01/2019 Manual das Contas Pagadoras	PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal		Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal	(i) Sistemática de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.
							PO Gerir o Cumprimento das Obrigações Tributárias e Acessórias		Serviço de Contabilidade	(i) Obrigações tributárias executadas.	Órgãos de Controle	(i) Estabelecer e padronizar as atividades inerentes ao processo de gestão das obrigações tributárias e acessórias do TCE-GO
							PO Realizar o Fechamento Bancário Mensal		Serviço de Contabilidade	(i) Fechamento bancário mensal	Tribunal	(i) Padronizar as atividades inerentes ao processo de fechamento bancário mensal, garantindo a execução dos registros contábeis, proporcionando transparência nas informações e elaboração dos
			Sustentabilidade	Secretaria Administrativa		Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais		Secretaria Administrativa	(i) Atendimento de requisitos legais. (ii) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.	Tribunal; Sociedade	(i) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à aspectos de sustentabilidade.
							PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros		Secretaria Administrativa			
							PO Gerir Resíduos		Serviço de Infraestrutura Predial			
			Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa		Resolução Administrativa nº. 02/2014 Lei Federal 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) Resolução Administrativa TCE-GO Nº 19/2022 Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Lei nº 13429/2017; Lei nº 13467/2017; Decreto Estadual nº 10/2023; Normas Regulamentadoras 1- Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e 7 - PCMSO	PO Gerir Estoque		Diretoria de Administração	(i) Sistemática de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.	Tribunal	(i) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.
							PO Fornecer Transporte	Manual dos Condutores de Veículos do TCE-GO	Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
							PO Gerir Passagens Aéreas		Diretoria de Administração			
							PO Gerir Operação da Lanchonete e Restaurante		Serviço de Administração Geral			
							PO Gerir Execução dos Serviços de Facilities	Manual de Atendimento Presencial e Telefônico (Recepção e Portaria)	Diretoria de Administração e Serviço de Administração Geral			
							PO Gerir Manutenção Veicular		Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
							PO Controlar Vencimento de CNH e CRLV		Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
			Gestão de Laboratórios de Engenharia	Secretaria de Controle Externo		NR-12 Lei Orgânica do TCE/GO (LOTCE): Lei Estadual nº 16.168, de 11/12/2007; Regimento Interno do TCE/GO (RITCE); Resolução nº 002/2018	PO Gerir equipamento, Controle e Manutenção		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(i) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(i) Subsidiar auditorias, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.
							PO Gerir Equipamentos, Instrumentos e Utensílios - Controle, Calibração, Verificação Orientativa e Análise		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
							PO Gerir Atividades de Apoio Tecnológico em Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Apoio Tecnológico em Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
								ITR Identificação, Acondicionamento e Descarte de Amostras	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
								ITR Realizar Ensaios Laboratoriais em Amostras de Solos e Misturas Asfálticas	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
								ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
								ITR Controle de Resíduos do Laboratório de Análise de Solos e Misturas Asfálticas (LABTCE-GO)	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
	Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.	Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016	PO Gerir Atendimento de Suporte de TI		Serviço de Suporte Técnico de TI	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(i) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
							PO Gerir Desenvolvimento de Software Terceirizado		Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Backup		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
							PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir manutenção terceirizada de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
			Segurança da Informação			Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação		Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.		(i) Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.
							PO Gerir Vulnerabilidades		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
								Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação			
						Resolução nº 10/2017	PO Gerir Ativos de Informação	Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			
			Gestão dos Processos de Trabalho	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Gerir Processos de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO)	Diretoria de Melhoria Continua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Cadeia de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.
								ITR Gerir Processos de Trabalho (DI-MEC)				
								Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO				
							PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Diretoria de Melhoria Continua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão Integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI. (iii) SGI certificado.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)	Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.					PO Gerir Indicadores Estratégicos		Diretoria de Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial. (ii) Gestão da estratégia baseadas em resultados.
			Gestão da Accountability Institucional	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Gerir Accountability do SGI		Secretaria de Planejamento	(i) Boletins de Governança e Gestão (BGG). (ii) Relatório de atividades da DI-Plan.	Tribunal; Sociedade	(i) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas. (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.
				Corregedoria-Geral		* Resolução Administrativa nº 008/2015 * Resolução nº 22/2008 – Regulamento Interno do TCE-GO; • Resolução Administrativa nº 13/2024 • Resolução Administrativa nº 14/2025 • ATRICON-CCOR Nº 1/2014 • Lei Estadual nº 16.168/2007	Realizar Prestação de Contas		Corregedoria-Geral	(i) Prestação de Contas das atividades da Corregedoria	Unidades do Tribunal; Presidência do TCE-GO; Sociedade	(i) Entregar informações com confiabilidade, rastreabilidade e comparabilidade, de modo a subsidiar o planejamento estratégico, a tomada de decisões da Corregedoria-Geral e o monitoramento do desempenho institucional, promovendo a transparência e o aprimoramento contínuo da gestão processual.
			Gestão da Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Gerir Inteligência Organizacional		Secretaria de Planejamento	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.
			Gestão da Melhoria Contínua	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal; Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estímulo à melhoria contínua do TCE-GO. (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.
			Gestão das Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Partes Interessadas		Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal; Parte Interessada	(i) Identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.
			Gestão de Riscos	Secretaria de Planejamento		Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos		Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.
			Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico		Diretoria de Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.
							PO Gerir Plano de Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	(i) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionados.	
							PO Gerir PDTI		Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	
			Gestão da Inovação	Secretaria de Planejamento		Res. Adm. nº 14 de 2025 Manual de OSLO - OCDE - 4ª Edição 2018; Política e Manual do SGI); Res.Norm. 10/2023; Res. Adm. 13/2024; Res. Adm.14/2024	PO Gerir Inovação		Diretoria de Estratégia / Serviço de Inovação	(i) Portifólio de inovações consolidado.	Partes interessadas internas e externas	I) Gestão da Inovação, visando o estímulo, à captação, o desenvolvimento e a divulgação de inovações, bem como o fortalecimento da cultura de inovação no âmbito do TCE-GO.
			Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 14/2025	PO Gerir Estrutura Organizacional		Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Organograma. (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação		Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.
							PO Gerir Atendimento à Imprensa					
								Manual de Gestão da Rádio TCE-GO				
							PO Gerir Interações em Meios Digitais					
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno		Resolução Administrativa nº 10/2019 Resolução Administrativa Nº 20/2024 Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) • Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos • Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de	PO Planejar e Gerir Atividades do Controle Interno		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.
							PO Exercer Controle Interno dos Atos de Gestão		Diretoria de Controle Interno			
							PO Gerir a Transparência Institucional		Diretoria de Controle Interno			
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica; (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.
							PO Analisar Processos Judiciais					
			Gestão do Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral		• Resolução Conjunta Atricon- CCOR nº 3501/2014 • Resolução ATRICON nº 01/2025 • Referencial de Combate à Fraude e Corrupção Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União • Manual de Integridade Pública – OCDE. 2022 • Resolução Administrativa nº 011/2022 • Resolução Administrativa nº 1/2014 • Resolução Administrativa nº 008/2015 • Resolução nº 022/2008 • Resolução Administrativa nº 13/2024	PO Gerir Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional		Corregedoria-Geral	(i) Responsabilização Disciplinar aplicada; (ii) Apuração de Conduta Funcional realizada.	Tribunal; Sociedade.	(i) Garantir o devido processo legal, a uniformidade de procedimentos, transparência, legalidade em conformidade com as normas internas e com os princípios da administração pública.
			Gestão dos Processos Correicionais	Corregedoria-Geral		* Resolução nº 22/2008 • Resolução Administrativa nº 8/2015 • Resolução Administrativa nº 14/2025 • Resolução Administrativa nº 13/2024 • Resolução Conjunta ATRICON-CCOR Nº 1/2014 • Resolução ATRICON nº 01/2025 • Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 e alterações posteriores	PO Gerir Processos Correicionais		Corregedoria-Geral	(i) Correições e Inspeções realizadas conforme padrão estabelecido.	Tribunal	(i) Assegurar a elaboração, aprovação e publicação do Plano Anual de Correições e Inspeções, o planejamento adequado, uniformidade de procedimentos, confiabilidade das informações e rastreabilidade das ações executadas nas Correições e Inspeções realizadas pela CORREG, com seleção criteriosa das unidades, definição de objetivos e metas, e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e melhoria contínua da gestão do TCE-GO.
			Gestão de Integridade	Corregedoria-Geral		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria-Geral	(i) sistemática de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.
				Secretaria de Planejamento				Manual de Integridade	Comitê de Integridade Corporativa (CIC)			
			Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008 – RITCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 005/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 – GPRES; Portaria GPGMPC nº 010/2023;. Lei Estadual nº 13.800/2001. Lei nº 17.039/2010 Decreto nº 8.808/2016. Portaria 376/2022-GPRES; Portaria 954/2023 – GPRES; Resolução nº 22/2008 – RITCE/GO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa nº 06/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa 08/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.226/2008; Lei nº 18.025/2013; Lei nº 8.159/91; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.682/2012; Lei nº 13.709/2018; Decreto nº 10.278/2020; Resolução CONARQ nº 51/2023	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos		Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.
							PO Gerir a Conservação de Documentos e Processos em Suporte Físico		Serviço de Arquivamento	(i) Documentos e processos físicos armazenados e conservados adequadamente.	Tribunal	(i) Preservação do acervo físico de documentos e processos do Tribunal.
							PO Gerir Arquivamento e Desarquivamento de Processo Eletrônico		Serviço de Arquivamento	(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.
								Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria-Geral	(i) sistemática de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.
						Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP 130	PO Gerir Matrizes de Seletividade		Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo. (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).		
						Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP); Regimento Interno da Rede INFOCONTAS; Resolução Normativa Nº 09/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017/TCE; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº: 19/2022; Portaria nº 954/2023	PO Produzir Relatório de Inteligência		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.		
						Resolução Normativa Nº 009/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Manual de Segurança da Informação; Resolução Administrativa Nº 07/2024.	PO Produzir Conhecimento Estratégico		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido		

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
	Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existe tentes.	Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023; ● Resolução Normativa nº 6/2024 ● Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP).	PO Propor Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Fiscalização	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.
						Lei nº 16.168 Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Resolução (ii) Exposição de motivos		
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas		
								Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.		
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022 GPRES Resolução Adm. Nº: 17/2024 Resolução Adm. Nº: 19/2022 Resolução Adm. Nº: 15/2024 Resolução Adm. Nº 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas	(i) DBR recebida		
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e asseguração da qualidade dos trabalho de fiscalização, com base em normas internacionais.
						Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de Garantia de Qualidade (ii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização		
								Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Ciclo de Garantia da Qualidade		
			Suporte à Função Judicante	Secretaria-Geral		Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º) Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO: Resolução nº 22/ 2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2,/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás, Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas (Consolidação). (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).	Tribunal	
						• Resolução nº 22/2008; • Resolução Administrativa nº 14/2025; • Resolução Administrativa nº 2/2023; • Lei Estadual nº 16.168, de 2007; • Constituição do Estado de Goiás de 1989; • Constituição Federal.	PO Gerir Divulgação da Jurisprudência do TCE-GO		Diretoria de Registro e Jurisprudência	(i) Catálogo de Acórdãos classificados; (ii) Boletim de Jurisprudência do TCE-GO.	Órgãos e unidades do TCE-GO; Sociedade; Academia; Sistema de Controle Externo; Mídia; Órgãos de Controle.	
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	
						Plano Estratégico TCE/GO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal	
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2001;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Serviço de Registro	(i) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei nº. 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Ato publicado no DOE/DEC.; (ii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (iii) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	
						Resolução n.º 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DEC.	Tribunal	
						Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75